



Evento: XXVII Jornada de Pesquisa

EDUCAÇÃO, CIDADANIA E SOCIEDADE: Reflexões acerca da igualdade e da liberdade dos sujeitos sob o prisma da democracia ¹

EDUCATION, CITIENSHIP AND SOCIETY: Reflections about the equality of the subjects under the prism of democracy

Francieli Meotti Oliveira², Daniela Kleinübing Käfer³, Dione Beatris Salviano⁴, Sidinei Pithan da Silva⁵

¹ Trabalho realizado na disciplina de Educação, Emancipação e Diferença (P7498 - Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências), sendo essa ministrada pelo professor Dr. Sidinei Pithan da Silva.

² Bolsista Capes - PROSUC; estudante do curso de Pós-Graduação em Educação nas Ciências; graduada em Letras: Português e Inglês. E-mail: francieli.moliveira@sou.unijui.edu.br.

³ Bolsista Capes - PROSUC; estudante do curso de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, graduada em Letras: Português e Inglês. E-mail: daniela.kafer@sou.unijui.edu.br

⁴ Bolsista Capes - PROSUC; estudante do curso de Pós-Graduação em Educação nas Ciências; graduada em Geografia, licenciatura e bacharelado; professora de História e Geografia na rede municipal de ensino. E-mail: dione.salviano@sou.unijui.edu.br

⁵ Doutor em Educação (UFPR). Professor na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: sidinei.pithan@unijui.edu.br.

RESUMO

Este texto reflete sobre as relações existentes entre educação, cidadania e sociedade, levando em consideração a busca da igualdade e da liberdade, como objetivos supremos de todos os regimes democráticos. Neste contexto, o enfoque problematiza a subordinação da educação à questão econômica e à competitividade do mercado de trabalho, apontando a questão limitadora da cidadania a um mercado que visa a constituição de consumidores. O caminho metodológico percorrido para esta escrita se classifica em uma abordagem do tipo revisão bibliográfica e descritiva. O estudo destaca o valor de uma educação crítica na constituição e conscientização do sujeito cidadão - como ser democrático. A busca pela conversão do indivíduo em cidadão, passa pela educação, o que configura um desafio para as sociedades democráticas, as quais precisam combater as desigualdades de classe, gênero e etnia. Para que isso ocorra, deve se estabelecer uma ação conjunta entre as instituições de ensino na promoção da cidadania e na ação do Estado - em particular - para que ocorra a igualdade frente às oportunidades.

Palavras-chaves: Cidadania. Democracia. Educação. Igualdade. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

This text reflects on the existing relationships between education, citizenship and society, taking into account the pursuit of equality and freedom, as supreme objectives of all democratic regimes. In this context, the approach problematizes the subordination of education to the economic issue and to the competitiveness of the labor market, pointing out the limiting issue of citizenship to a market that aims at the constitution of consumers. The methodological path taken for this writing is classified in a bibliographic and descriptive review type approach. The study highlights the value of a critical education in the constitution and awareness of the citizen subject - how to be democratic. The search for the conversion of the individual into a citizen



goes through education, which constitutes a challenge for democratic societies, which need to fight class, gender and ethnic inequalities. For this to occur, joint action must be established between educational institutions in promoting citizenship and State action - in particular - so that equality in the face of opportunities occurs.

Keywords: Citizenship. Democracy. Education. Equality. Labor Market.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação é uma prática social, que no âmbito institucional, tem função pública voltada para a cidadania, e como tal, deve ser elemento/meio para a emancipação humana. O termo educação de qualidade, não pode significar conformismo e obediência, pois nele estão triangulados o desenrolar do processo professor-aluno-conhecimento, o qual levará ao desenvolvimento intelectual, e ampliar a compreensão de mundo do educando. Essa ampliação do horizonte cultural e linguístico permite com que esse indivíduo possa interagir de forma crítico-reflexiva junto com os seus semelhantes nos espaços públicos, configurando uma nova forma de ação que agora se desdobra a partir da busca do bem comum.

O modo como a educação de crianças, jovens e adultos se desenvolve não pode ser neutro com relação ao modelo de cidadania que se busca. Fato é que existem diferentes concepções de educação, estando estas implícitas, muitas vezes, no planejamento educacional e curricular. As instituições de ensino ao elaborarem seus objetivos educacionais, seus conteúdos, as metodologias e os critérios de avaliação para com seu processo de ensino e aprendizado, devem estar cientes que estão optando por um determinado projeto educacional que de forma alguma deve ser neutro para com relação à questão da cidadania.

Entendemos então pelo processo de educação, que esta é assegurada e certificada pelo Estado, cujas credenciais e títulos, instituem um bem que influencia de forma decisiva no acesso de indivíduos a questões de recursos materiais e simbólicos que se encontram socialmente produzidos e distribuídos, além de, posições e benefícios.

Para além disso, este tema nos leva a reflexões que se enquadram em perspectivas e propostas para analisar a forma que a educação de forma simultânea e contraditória, acaba por contribuir como espaço potencializador para mudanças e democratização cultural e social. Em contraponto a isso, levam-se em consideração as desigualdades e os impasses cujas produções não têm deixado expectativas no rumo de uma sociedade mais democrática.



É neste colapso com relação ao contexto acerca da educação, que visamos a questão da noção de cidadania, que terá como referência o conceito desenvolvido e defendido por Boaventura Sousa Santos (1991), ao incluir as relações sociais nas obrigações e responsabilidades jurídicas e políticas do Estado, para com a sociedade e os indivíduos. Além disso, o autor tematiza a relação horizontal existente de solidariedade, responsabilização e obrigações mútuas entre os cidadãos. A relação se organiza em torno da ideia de forças de reciprocidade e participação.

Isso quer dizer que, buscando atender ao viés educacional, toda ação que se leva em questão o direito à educação do ser humano, ou seja, o acesso aos bens e recursos culturais que sejam socialmente produzidos e oficialmente distribuídos pelas instituições de ensino, devem ser distribuídos de forma igualitária. Isso quer dizer que, todo cidadão deve ter igualdade nas oportunidades educativas, perante o que se refere à preparação para seu futuro, principalmente no que diz respeito ao usufruto para com relação aos benefícios que decorre da posse de suas certificações educativas.

A partir desse momento, trataremos então das reflexões acerca das relações existentes entre a educação, cidadania e sociedade. Para isso, leva-se em consideração a busca da igualdade e da liberdade, como objetivos supremos de todos os regimes democráticos. Neste contexto, o enfoque problematiza a subordinação da educação à questão econômica e à competitividade do mercado de trabalho apontando a questão limitadora da cidadania há um mercado que visa a constituição de consumidores.

Neste caso, Bauman (2008-2013) corrobora ao contextualizar que o mercado de trabalho hoje, está induzindo o indivíduo a uma ação restritiva e limitadora, ou seja, em que o processo da cidadania fica correlacionado à constituição de um mercado voltado para os consumidores, isto é, aonde tudo é mais volátil, quando os empregos não são mais para longo prazo, quando a educação de hoje, pode não servir mais para o amanhã, quando tudo o que se mostra a nós, são um monte de incertezas.

Este estudo destaca ainda o valor de uma educação crítica na constituição e conscientização dos sujeitos cidadão – como ser democrático. Para que isso ocorra, aponta-se que a busca pela conversão do indivíduo em cidadão, passa primeiramente pelo processo educacional, ou seja, o que se configura um desafio para as sociedades democráticas, as quais precisam combater toda e qualquer desigualdade, sejam estas de classe, gênero e/ou etnia. Para



que isso ocorra; deve-se estabelecer uma ação conjunta entre instituições de ensino, para que sejam feitas promoção à cidadania; além da ação do estado, para que ocorra igualdade frente às oportunidades.

CAMINHO METODOLÓGICO

Este estudo se qualifica como abordagem de tipo revisão bibliográfica e descritiva. Segundo Brasileiro (2013, p. 47):

As pesquisas de revisão bibliográfica (ou revisão de literatura) são aquelas que se valem de publicações científicas em periódicos, livros, anais de congressos etc., não se dedicando à coleta de dados *in natura*, porém não configurando em uma simples transcrição de ideias. Para realizá-la, o pesquisador pode optar pelas revisões de narrativas convencionais ou pelas revisões mais rigorosas.

Segundo Gil (2002, p. 42) “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”. Ainda segundo Perovano (2016), o processo descritivo tenciona a identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis, os quais se encontrem relacionado com o fenômeno ou processo estudado.

Esta análise oportunizou valorizar os estudos realizados por autores, tais como: Edgar Morin & Carlos Jesús Delgado Díaz (*Reinventar a Educação: Abrir caminhos para a metamorfose da humanidade*, 2016); Zygmunt Bauman & Riccardo Mazzeo (*Sobre Educação e Juventude*, 2013); Zygmunt Bauman (*A cultura no mundo líquido moderno*, 2013; *Sociedade Individualizada: Vidas contadas e histórias vividas*, 2008); entre outros.

A análise das obras e estudo realizados por tais autores, nos trazem reflexões acerca da condição humana, para além do simples ato de educar para a sociedade, ou seja, aqui se faz presente um estudo da formação cidadã, da formação crítico-reflexivo do sujeito, como ser democrático, trazendo reflexões acerca da subordinação da educação à questão econômica e à competitividade do mercado de trabalho.

EDUCAÇÃO, CIDADANIA E ESTADO: ADEQUAÇÕES E COMPETITIVIDADE



O modelo de educação e o modo como se é empregado para com as crianças, os jovens e os adultos, não se desenvolve de forma neutra com relação ao tipo de cidadania que se busca. Neste ponto nos surge um questionamento: qual é o modelo de cidadania que se busca apresentar e executar no processo educacional de crianças, jovens e adultos? Visto que, diferentes concepções de projetos e planejamentos educacionais e curriculares, são frequentemente apresentados a estes indivíduos em sua fase de formação crítico-reflexiva.

Quando a instituição de ensino seleciona os objetivos educacionais, quando os professores escolhem os conteúdos a serem executados e a metodologia a ser utilizada, assim como, os critérios de avaliação para que se ocorra um aprendizado ‘satisfatório’, esta instituição automaticamente estará optando por um determinado projeto educacional, que, conseqüentemente, de forma alguma se encontra neutro com relação à questão da cidadania.

Neste caso, e não alheio a esta situação, é importante salientar que o modo operante como os conteúdos vão ser apresentados e organizados no currículo da instituição, assim como, os estudantes serão educados, se encontra diretamente ligado à formação cidadã. Visto que, o modo como o conteúdo é preparado e apresentado para os estudantes, pode facilitar/permitir ou dificultar/omitir a compreensão das relações sociais e históricas. Neste patamar, torna-se importante pensar sobre as condições em que se realizam os processos de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Bauman (2013), em sua obra *A cultura no mundo líquido moderno* (2013) traça um panorama histórico para com as relações culturais que corroboram para as questões educacionais e da formação cidadã de cada indivíduo. A cultura, nesse sentido, fora utilizada como um dispositivo útil para a separação de classes, com o intuito de manter a estrutura social e, sobretudo, para manter o *status quo*. Por meio do projeto iluminista que conferiu à cultura a tarefa de cultivar e construir uma nova sociedade, a nação do antigo Estado soberano passou a compor uma nova ordem, o Estado-nação. Quando se edifica o Estado-nação com base na cidadania, a educação se torna essencial para a constituição da nacionalidade. Bauman (2013) identifica quatro fases do significado do termo “cultura” no mundo moderno: revolucionário, conservador, homeostático, individualizado.

O primeiro deles – revolucionário- está associado a certa utopia ou forma de contestação - que se nutriu com o ideal de uma ruptura contra hegemônica, a qual aspira mudanças radicais em termos de busca da igualdade e de liberdade. O conceito de cultura, de certa forma, é uma



espécie de ideal libertário. O segundo, diz respeito ao modo como o Estado-Nação assume, no pós-revolução francesa, uma forma de legitimação, sem questionar as desigualdades, e busca construir uma noção de Cultura – universal, que conserva as distinções entre classes. O terceiro, expressa o que ocorre em grande parte do século XX por parte do Estado-Nação.

O Estado-nação, somente se solidifica através da formação de um corpo cívico cultivado por meio dos territórios conquistados, nos quais a cultura transformou-se em uma ferramenta de manutenção do equilíbrio do sistema, assim como, proteção do próprio Estado. A consolidação da nação burguesa se torna fundamental para que os valores culturais sejam socializados para todos por meio do processo educacional.

Enquanto os Estados-nação fomentavam tais aspirações e esperanças, estimular as qualidades homeostáticas parecia algo tão bem-fundamentado quanto inevitável, assim como parecia óbvio aceitar seus efeitos estabilizantes sobre o sistema como critério de “funcionalidade” (leia-se, utilidade e benefício) do fenômeno que os causava. Contudo, a partir do momento em que os Estados-nação começaram a ser coagidos e encorajados a abandonar essas aspirações e esperanças, os fundamentos dessas práticas se tornaram menos inabaláveis. A medida de “funcionalidade” (repito, utilidade e benefício) das instituições baseadas em seus efeitos estabilizantes sobre o sistema já não parecia tão inquestionável ou inegavelmente correta (BAUMAN, 2013, p. 34-35).

Bauman (2008 e 2013), interpreta, que na atualidade, vivemos em uma sociedade liquefeita, com isso, percebemos que a cultura entra na lógica fluída do consumo. Nesta nova condição, a educação tradicional, em que você estudava para se lembrar futuramente, não é mais aceita ou bem vista pelo mercado. Hoje temos a oferta, o produto, a mercadoria, que se contrapõe às normas, aos padrões, à regulamentação e a tudo que era exigência das tradições.

A contemporaneidade trouxe a sedução, semeando novos desejos e necessidades de consumo, estabeleceu novos cenários de mudanças, aos quais não temos segurança e nenhum rumo definido; os indivíduos se formam para o mercado de consumo volátil, ou seja, a sociedade, por meio de suas instituições, forma futuros trabalhadores para as rápidas aquisições e descartes - seja de mercadorias, seja de serviços e/ou de pessoas -, tudo realizado, muitas vezes, de forma irresponsável e descomprometida.

As profundas consequências da influência da globalização (acima de tudo, a separação mútua entre poder e política, e o subsequente abandono, pelo Estado enfraquecido, de suas funções tradicionais, liberando da supervisão política) foram examinadas em profundidade e minuciosamente descritas na bibliografia da ciência política e da sociologia. Limitemo-nos apenas, pois, há um aspecto do processo de globalização -



aspecto raramente discutido no contexto da mudança de paradigmas da pesquisa e da teoria cultural: o caráter diferenciador da migração global (BAUMAN, 2013, p. 35).

Deste modo, a cultura na modernidade líquida passa a seguir as tendências globais de grande liberação dos mercados frente às ofertas que promovem a circulação de produtos de forma veloz entre a aquisição e o descarte. Isso tem relação direta com o processo educacional, visto que, de forma inconsciente, o sistema, muitas vezes, forma futuros consumidores, e não, seres que reflitam e somente depois, tenham suas ações baseadas por um contexto crítico-reflexivo de uma educação cidadã.

Levou mais de dois milênios, desde que os sábios da antiga Grécia inventaram a noção de *paideia*, para que a ideia de “educação por toda a vida” se transformasse de paradoxo (uma contradição em termos) em pleonasma (como “manteiga amanteigada” ou “ferro metálico”). Essa notável transformação ocorreu muito pouco tempo atrás, nas últimas décadas, em consequência do ritmo radicalmente acelerado da mudança no cenário social dos dois principais conjuntos de atores da educação: professores e alunos (BAUMAN; MAZZEO, 2013, p. 19).

Reforçando esta fala, Mazzeo (2013) afirma acerca das mudanças radicais no cenário social que afetam diretamente os dois conjuntos de atores da educação, ou seja, professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem, em uma formação cidadã. Mazzeo faz um diálogo com o sociólogo Zygmunt Bauman na obra *Sobre Educação e Juventude* (2013) onde abordam suas preocupações para com a atual Juventude, correlacionando estes indivíduos com a educação, o consumismo, a relação com a família e a sociedade.

A passagem do fordismo - no qual um trabalhador ou trabalhadora podia, tipicamente, permanecer por toda a vida com o mesmo empregador, morando na mesma cidade, com o mesmo cônjuge - para o novo paradigma da modernidade líquida provocou, como você mostrou em *Amor líquido* e outros textos, uma transformação no campo das relações sexuais e afetivas. Jaques Lacan, num discurso de 1969, em Milão, formulou uma teoria sobre a mudança do Discurso do Mestre – que, penso eu, corresponde ao fordismo - para o Discurso do Capitalista, em que a dinâmica do poder é fragmentada, desmembrada, dispersa, líquida, e no qual o antagonismo da dialética senhor-escravo (mas também sua estabilidade e lealdade) dá lugar ao poder absoluto do mercado. Hoje, homens e mulheres estão à deriva, sem nenhuma âncora, e não existe autoridade, ainda que castradora, que lhes dê um senso de direção. Nessa condição, os indivíduos se confrontam com a tarefa de se reinventar dia após dia em busca de um meio de salvação que devem descobrir por si mesmos (BAUMAN; MAZZEO, 2013, p. 102).

Bauman (2013, p. 105) acrescenta a este argumento que parece estarmos vivenciando uma “guerra travada pelo “discurso do consumismo”, na qual, na visão do sociólogo, a expressão mais adequada não seria “discurso do consumismo” e sim, “Discurso do



Capitalismo”, pois leva-se em consideração uma sociedade de produtores, e com isso corrobora ao afirmar que “é contra qualquer satisfação de necessidades, desejos, ambições e anseios humanos que não passe pelo caminho das lojas - ou não seja mediada pela aquisição e o uso de mercadorias, e, portanto, não envolva dinheiro trocando de mãos”.

É diante desta ‘anarquia’ e competitividade existente entre o processo de educação e a questão cidadã, com a atuação do Estado, que Bauman e Mazzeo (2013) nos apresentam os estudos feitos pelo antropólogo Gregory Bateson, quando dizem que “Há três níveis no processo de ensinamentos/aprendizagem”. Escreveu ele (2013, p.24), que o primeiro nível é o considerado mais baixo que se refere à transferência de informação a ser memorizada.

O segundo nível corresponde à “deuteroaprendizagem”, a qual visa o domínio de uma estrutura cognitiva, por fim, no terceiro nível temos a expressão da capacidade de demonstrar e reorganizar a estrutura cognitiva anterior ou desembaraçar-se totalmente dela, neste caso sem utilizar um elemento substituto. Conforme seus estudos, Bateson afirmava que a terceira estrutura (nível) era um fenômeno patológico, assim como, anti-educativo, sendo que este veio transformar-se no processo de ensino e aprendizagem que temos hoje, sendo considerado agora como um modelo normal (BAUMAN; MAZZEO, 2013, p. 24-25).

Esta estrutura, muda a situação e o modo como vemos a sociedade, a qual estamos vivenciando, na qual, a nova mentalidade é para tudo que se encontra a curto prazo. A palavra de ordem, o *slogan* a ser usado é flexibilidade, e quando esta é implicada a questão educacional, vemos todo um sistema voltado para a educação de massa, ou seja, para a educação voltada e empregada ao mercado de trabalho. Isso significa, enfim, que nem todo o conhecimento vai servir para o trabalho de amanhã e, é por isso, pela falta de estabilidade, que trabalhos com contratos de curto prazo estão sendo adotados (BAUMAN, 2008, p. 35).

Estamos em uma verdadeira passagem da modernidade “pesada” ou “sólida” para a modernidade cada vez mais “leve” ou “liquefeita” o que constitui a estrutura da história do movimento trabalhista, sob a qual, foi inscrita. Na obra *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas* (2008), Bauman expõe tais dados, os quais, fazemos correlação ao sistema de ensino. Neste caso, verifica-se que a educação hoje está sendo voltada, como dito anteriormente, para a formação de indivíduos que vão atuar no mercado de trabalho.

Segundo Bauman (2008, p. 33), para que “capital e trabalho- pudessem se manterem vivos, cada um precisava ser mantido como mercadoria”, neste viés, a educação passa a ser



também tida como mercadoria, ou seja, quem é possuidor do capital, além de manipular a compra e venda do trabalho, também tem acesso à educação. Nesse panorama, o sociólogo apresenta os estudos feitos por Robert Reich, o qual sugere que as pessoas hoje são subdivididas - de forma grosseira - conforme suas atividades econômicas, ou seja, as pessoas se encontram divididas em quatro categorias que são:

Robert Reich sugere que as pessoas hoje empenhadas em atividades econômicas podem ser grosseiramente divididas em quatro grandes categorias. “Manipuladores de símbolos”, pessoas que inventam idéias e formas de fazê-las desejáveis e vendáveis, formam a primeira categoria. aqueles empenhados na reprodução do trabalho (educadores ou vários funcionários do Estado de bem-estar social) pertencem à segunda categoria. a terceira cobre pessoas empregadas em “serviços pessoais” (o tipo de ocupação que John O’Neill classificou como “negócio de pele”), requerendo encontros face a face com os receptores do serviço; os vendedores de produtos e os produtores do desejo pelos produtos formam o corpo desta categoria. E por fim a quarta, a qual pertencem as pessoas que durante os últimos 150 anos formaram o “substrato social” do movimento trabalhista (BAUMAN, 2008, p. 40).

Como pode ser visto, no momento em que o capitalismo principia o desenvolvimento da sua fase monopolista, acaba por retirar do processo de educação a questão do seu conteúdo/teor político. Com base nisso, instituições escolares e seus educadores não tenderiam mais em falar sobre uma educação democrática ou autoritária, o que ocorre é apenas uma educação, seja esta eficiente para seus fins. Administrar uma instituição de ensino, escolher e organizar conteúdos curriculares, não são mais questões éticas e políticas, são apenas questões técnicas.

A “prática” é separada do processo de pensar, sendo que o professor é considerado um bom profissional quando estiver executando de modo competente o que lhe foi passado e exigido. Não estaríamos vivenciando alguns resquícios do “fordismo” em sala de aula, no sentido da separação/dualismo entre teoria e prática? O novo modelo de acumulação flexível do capital, marca principal da modernidade líquida, não estaria sinalizando para mudanças culturais que interferem na conduta dos educandos, no sentido de incentivo a uma forma de vivenciar e buscar consumir o supérfluo? As evidências apontam que sim. O detalhe desta nova configuração da cultura nos tempos líquido-modernos, é que cada vez mais estamos diante de um mundo de indivíduos, que procuram salvar a si mesmos, e cada vez menos com a perspectiva de cidadãos, que se formam ou estudam para atuar no âmbito da polis, e tendo em vista o bem-comum. Consequentemente, nesse processo, a questão do modelo de formação que está em curso se torna evidente, ele sinaliza para o declínio do público, e a ascensão do privado.



FORMAÇÃO EDUCACIONAL E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA: POLICRISE

Ao longo dos últimos cem anos no Brasil, se discute o papel da educação na formação do cidadão. As relações existentes entre a educação, a democracia e a cidadania são, há muito tempo, objetos de atenção e estudos no âmbito das teorias da própria democracia.

Diante disso, verificamos a necessidade de averiguar e convocar para fins de análise e debate os temas que se encontram em torno da democracia com o propósito de esclarecer os diferentes conceitos de cidadania, visto que nem todos possuem raízes democráticas e como se sabe, nem todos são equivalentes em intensidade democrática e de forma participativa.

De natureza igual, às diversas concepções que se tem implícitas acerca da democracia e da cidadania, resultam em distintas concepções acerca da educação e dos projetos consideravelmente diferentes no que consiste a educação para a cidadania e, como ela se designa. Dito isso, verifica-se que a construção do sujeito político se tornou foco da atenção para aquilo que se designa um problema conceitual central, ou seja, um dilema da democracia, neste caso temos o clássico problema da constituição do sujeito democrático.

A constituição do sujeito democrático se encontra na esteira, sobretudo de estudos teóricos, da democracia participativa, que sofre implicação da construção do sujeito político - sujeito participativo - na atuação da *polis*. Isto é uma construção social e histórica, a qual implica e exige o ato de exercer a educação no seu exercício máximo social. Neste contexto, a participação cidadã democrática se torna requerida para uma conscientização para o exercício da educação democrática dentro das instituições de ensino. Esta ação seria essencial na realização da democracia e da participação cidadã na sociedade em que se vive o indivíduo.

Arroyo (1987), em seu texto *Educação e exclusão da cidadania* (1987), afirma a necessidade que os indivíduos têm de serem preparados durante seu regime escolar para o exercício da cidadania, ou seja, o desafio da educação é que ela deve ser pensada como um processo que se desenvolve no interior da prática social e política das classes sociais. Segundo o autor, o discurso pedagógico brasileiro decorre acerca da cidadania em dois hemisférios: o primeiro é habitado pela classe mais rica, perante esta, a cidadania é inerente à própria condição humana; no outro hemisfério, é habitado pela classe dominada, diante a qual, o exercício da cidadania precisa ser ensinado.



O discurso pedagógico existente hoje na sociedade brasileira, sofre mudanças desde sua historicidade e vem avançando ao longo do tempo, contudo, sua versão tradicional é vista como conservadora, vindo a ser hoje, estar ‘condicionada’ e/ou conceituada na vertente considerada ‘liberal e progressista’. Ao tocar no ponto da cidadania, se faz de modo reducionista, ou seja, acentua a preparação do indivíduo para o convívio social harmônico. Ao fazer isso ignora que esta temática se insere em um campo minado pelas relações sociais desiguais e conflitivas.

Boaventura de Sousa Santos (1991), chama a atenção sobre a questão da teoria política liberal que hoje é utilizada como recurso para justificar um Estado fraco. O autor reforça que essa teoria em seus primórdios defende a convergência entre liberdade política e liberdade econômica, ou seja, se faz necessário as eleições livres e os mercados livres para que se tenha os dois lados da mesma moeda. Diante disso, é visível que se terá o bem comum alcançável por meio das ações de indivíduos utilitaristas que se encontram envolvidos em trocas competitivas com o mínimo de interferência estatal. Reforçando suas palavras:

O desequilíbrio no pilar da regulação constitui globalmente no desequilíbrio hipertrofiado do princípio do mercado em detrimento do princípio do Estado e de ambos em detrimento do princípio da comunidade. Trata-se de um processo histórico não linear que, nas sociedades capitalistas avançadas, inclui uma fase inicial de hipertrofia total do mercado, no período do capitalismo liberal; uma segunda fase, de maior equilíbrio entre o princípio do mercado e o princípio do Estado sob pressão do princípio da comunidade, o período do capitalismo organizado e sua forma política própria (o Estado Providência); e, por último, uma fase de re-hegemonização do princípio do mercado e de colonização, por parte deste, do princípio do estado e do princípio da comunidade de que a reaganomics e o thatcherismo são chocantes manifestações (SANTOS, 1991, p. 137).

Com isso, temos o efeito em que a educação vem sendo transformada em um capítulo de gestão de recursos humanos, ou seja, sendo adaptada e gerenciada para a produção de vantagens competitivas em um mercado global, como uma mercadoria funcionalmente adaptada e racionalizada economicamente. Este novo modelo de educação pode ser chamado como educação contábil, e nas instituições de ensino que não priorizam uma formação voltada para a cidadania democrática, este novo modelo de educação se encontra repleto dos equívocos típicos das relações despolitizadas.

É por isso que repensar criteriosamente e criticamente as relações entre a educação e a cidadania se faz necessário, tendo um novo viés, o qual nos remeta a pensar e conceber a



educação como uma ação/função que não seja meramente adaptativa. Isso quer dizer que, a cidadania deve ser orientada, desempenhada e exigida dentro e fora do contexto das instituições de ensino, como também, que não seja para um simples modelo de mercado voltado estritamente para sua finalidade econômica, que constitui consumidores, mas sim, para uma sociedade que cultive a liberdade de pensar e agir de forma crítico-reflexiva. Bauman (2013, p. 40), corrobora quando afirma que:

Bastam alguns minutos e um punhado de assinaturas para destruir o que levou milhares de cérebros, o dobro de mãos e um bocado de anos para construir. [...] Em nossa sociedade líquido-moderna de consumidores, a indústria de eliminação, remoção e descarte de dejetos é uma das poucas atividades com garantia de crescimento contínuo e imune aos caprichos dos mercados de consumo. [...] excesso e extravagâncias são os principais venenos endêmicos da economia consumista, prenes que são de uma variedade de danos secundários e contingentes ainda mais amplos de vítimas colaterais. Excesso e extravagância são os companheiros de viagem mais letais, inseparáveis, da economia consumista - e destinados a permanecer inseparáveis até que a morte (comum) os separe.

Morin (2016, 2021) corrobora com Boaventura de Sousa Santos (1991), ao pronunciar sobre os efeitos da globalidade e das crises e na cegueira que isso vem gerando em vários setores, afetando principalmente a educação, de modo que quando esses problemas se tornam multidimensionais, maior fica a incapacidade de pensar em sua multidimensionalidade, com isso:

[...] quanto mais a crise progride, mais progride a incapacidade de pensar a crise; quanto mais planetários tornam-se os problemas, mais impensáveis eles se tornam. Uma inteligência incapaz de perceber o contexto e o complexo planetário fica cega, inconsistente e irresponsável (MORIN, 2021, p. 15).

Ainda nesse contexto, Morin (2021, p. 14-15), em sua obra *A cabeça bem-feita*, nos alerta sobre a globalidade e sobre a gravidade na divisibilidade do conhecimento por meio das disciplinas:

Portanto, o desafio da globalidade é também um desafio de complexidade. Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem o todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo as partes. Ora, os desenvolvimentos próprios de nosso século e de nossa era planetária nos confrontam, inevitavelmente e com mais e mais frequência, com os desafios da complexidade (p. 14). [...] os desenvolvimentos disciplinares das ciências não só trouxeram as vantagens da visão do trabalho, mas também os inconvenientes da superespecialização, do confinamento e do despedaçamento do saber. Não só produziram o conhecimento e a elucidação, mas também a ignorância e a cegueira (p. 15).



Morin (2016, 2021), afirma que o caráter linear do conhecimento se caracteriza na obscuridade pela busca constante da compreensão que se encontra escondida no coração de uma nação destinada ao esclarecimento de todas as coisas. Acontece assim, uma ameaça advinda ao conhecimento e que nos leva a buscar uma relação civilizada entre nós e o nosso próprio conhecimento, caracterizando assim uma crise do conhecimento contemporâneo, que sem encontra vinculado à crise do mundo contemporâneo.

O ser humano no processo de aculturação aprende de maneira tácita - de modo pré-reflexivo- as modalidades de viver e o manejo dos instrumentos necessários para tornar possível a vida social. O conhecimento incorpora-se espontaneamente à vida e faz parte dela em estreita relação com os modos de sentir e de querer, o que constitui um sistema de ser rico e multilateral. Seu valor está relacionado diretamente com as formas de vida e não é concebível fora ou em oposição a elas (MORIN; DÍAZ, 2016, p. 18-19).

Morin e Díaz (2016, p. 66-67), na obra *Reinventar a educação*, afirmam que “não podemos achar que a educação seja um dispositivo supostamente neutro”, visto que é por isso que “as vias para sua reinvenção também não são neutras, posto que devem abraçar suas dimensões cognitivas, políticas e cidadã”. É por isso que, o conhecimento não pode ser fragmentado, não pode ser compreendido como uma inteligência cega, impossibilitando a articulação de um saber para com outros saberes, pois diante disso, ocorre a perda da capacitação em promover uma globalização do conhecimento de modo organizado, que seria imprescindível para a compreensão plena do mundo, da vida e do sujeito-cidadão.

O contexto no qual se desenvolve a vida e educação na atualidade, é o da policrise da humanidade: A crise que demanda a criatividade e audácia para contornar o abismo. É preciso reinventar a educação [...] a fim de formar pessoas capazes de fazer face ao desafio global, planetário, da policrise da humanidade (MORIN; DÍAZ, 2016, p. 67).

Os autores reforçam suas falas, ao afirmarem acerca dos avanços que ocorrem no mundo contemporâneo, que são infindáveis e acabam trazendo grandes impactos. Acerca disso eles argumentam que:

[...] Avanços de grande impacto são acompanhados por fenômenos de degradação e destruição de igual magnitude. Um leque de crises que podemos identificar com formas econômicas, políticas, sociais, ambientais, de saúde, educativas, de convivência, éticas... (MORIN; DÍAZ, 2016, p. 68).

Morin e Díaz (2016), evidenciam, desde o início da escrita deste estudo, que a educação deve abarcar um conhecimento de modo global, ou seja, não pode ser neutro, com isso, a



cidadania orientada e desenvolvida no ensino educacional também não pode ser neutra. É por isso que se faz preciso uma reforma do ensino, além disso, faz-se preciso uma reforma do pensamento, ambos, em um ciclo de retroalimentação.

Trata-se de uma reforma “profunda” que não se limita a métodos, procedimentos, ou a mudanças de políticas, de infraestrutura o de programas de estudo. É necessário evidenciar as Fontes e as consequências do pensamento disjuntivo e fragmentador, suas limitações e a impossibilidade de encontrar soluções aos problemas do processo caso continuemos guiados por esse pensamento racionalizador (MORIN, 2016, p. 69).

Morin e Díaz (2016, p. 14), atentam que “é preciso mudar profundamente o pensamento e o ensino”, visto isto, verifica-se que o vínculo entre a educação, a cidadania e a política (neste caso, relaciona-se política à questão da democracia), acabam transcendendo os laços e os interesses que situam o próprio processo educacional e político.

É por meio da educação que busca se alcançar o mundo com certezas tangíveis, por meio de práticas efetivas, que possam contribuir para a formação crítica dos indivíduos, nas concepções culturais e de mundo, promovendo uma atuação cidadã diante da transdisciplinaridade, ultrapassando as especificidades de um fator determinante, respeitando as diferenças e valorizando a identidade de cada indivíduo como ser atuante em sociedade. Democracia e educação devem caminhar lado a lado, fundamentais para a construção de uma sociedade livre, reforçando os valores culturais resilientes, ou seja, resistentes às crises e interferências, por meio do qual, cada ser humano possa ser suficientemente capaz para lidar com questões acerca da sustentabilidade sua e de seus semelhantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi possível observar que desde meados dos anos de 1970, vem ocorrendo alterações no modo como é visto a relação entre a educação, o desenvolvimento social, o crescimento econômico, a cidadania e a democracia. Inicialmente, os países possuíam um capitalismo avançado com uma progressiva e acentuada modificação das condições de produção organizada - paradigma fordista-, isso é visto de forma mais acentuada.

Em outras palavras, parece estar superada a fase em que o desenvolvimento capitalista, que antes era centrado no crescimento econômico, priorizando a expansão dos setores secundários e terciários da economia, para a geração com mais ‘pontos’ de trabalho dos mesmos



‘postos’. Agora, com o incremento e as inovações tecnológicas, o crescimento econômico responde para a geração de novos empregos temporários, voltando-se assim, a educação e a cidadania para o mercado de consumidores, ou seja, tudo se tornou mais volátil.

Tal situação é muito desfavorável para o processo de construção da cidadania democrática, e como consequência, acarretará mudanças na relação educação/cidadania, tendo em vista, contudo, que o discurso oficial na área da educação, vem apontando em outra direção. Faz-se necessário uma ampla reforma educacional, que seja capaz de produzir profundas modificações na formação inicial e continuada dos educadores, para que assim, possa se valer da modificação de currículos, materiais didáticos e principalmente dos processos de gestão escolar.

Para além disso, entende-se que uma educação voltada para a construção de uma cidadania democrática não pode e não deve ser orientada apenas por valores advindos das forças de mercado. É preciso centrar-se em um currículo, ao qual seja voltado as questões metodológicas e as estratégias, que sejam capazes de capacitar o ser humano para o desenvolvimento de suas atividades, as quais se encontram voltadas para a vida em sociedade, na integração em seu universo do trabalho e das relações públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M.G. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, E. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez; Autores associados, 1987. (Col. Polêmicas de Nosso Tempo, 23.).

BAUMAN, Zygmant. **A sociedade individualizada: Vidas contadas e histórias vividas.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmant. **A cultura no mundo líquido moderno.** 1ªed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BAUMAN, Zygmant. **Sobre educação e juventude: conversas com Riccardo Mazzeo.** 1ªed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRASILEIRO, A. M. M. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos.** São Paulo: Atlas, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MORIN, Edgar; DÍAZ, Carlos, Jesús Delgado. **Reinventar a educação: abrir caminhos para a metamorfose da humanidade.** São Paulo: Palas Athena, 2016.



MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 26^a ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

PEROVANO, Daltron Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: InterSaberes. 1^a ed., 2016.

SANTOS, Boaventura Souza. Subjectividade, Cidadania e Emancipação. **Revista crítica de Ciências Sociais**. Nº 32, junho, 1991.